

PRIMAVERA ÁRABE: DEMOCRACIA E IDENTIDADE

ARAB SPRING: DEMOCRACY AND IDENTITY

Mariana Lyra (UFPE)
marianapolyra@gmail.com

Resumo: Este artigo busca analisar a problemática relacionada à Primavera Árabe, enquadrando o movimento como uma onda democrática de Huntington e apresentando seus principais eventos. O artigo também pretende analisar a formação da identidade coletiva do movimento e como a tecnologia de informação e comunicação está relacionada ao desenvolvimento e à participação política nos recentes levantes populares ocorridos em países do Norte da África e do Oriente Médio.

Palavras-chave: Primavera Árabe. Identidade Coletiva. Movimentos transnacionais.

Abstract: This paper seeks to analyse the dilemma related to the Arab Spring, characterising the movement as Huntington's democratic wave and presenting their main events. Also, the article intends to analyse the collective identity formation of the movement and how the information and communication technology is related to the development and political participation in the recent popular uprisings occurred recently in the North African and the Middle Eastern countries.

Key-words: Arab Spring. Collective Identity. Transnational Movements.

Recebido em: 26/08/2014.

Aprovado em: 03/09/2014.

Considerações iniciais

Após décadas de estagnação política, populações de países do Norte da África e do Oriente Médio deram início a uma série de eventos que, posteriormente, ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”. Desde o início do movimento, em dezembro de 2010, regimes autoritários, um após outro, vêm ruindo, pressionados por brados populares que demandam democracia, desenvolvimento e direitos humanos.

A Primavera Árabe desperta interesse, não apenas por seu caráter político, mas também por trazer à tona questões de como a tecnologia pode ser ferramenta para mobilização e coesão social, mesmo quando se trata de movimentos em massa. Nesse sentido, a série de eventos atrai atenção para a natureza dos movimentos sociais no século XXI, bem como a formação de sua identidade.

Dessa forma, o presente artigo pretende explorar a lógica da Primavera Árabe como um movimento independente, mas coeso em relação aos seus objetivos e práticas. O artigo também buscar entender como a formação do movimento e sua identidade não se relacionam com elementos tradicionais de poder, como a força militar e a hierarquia, mas constituem uma tentativa de coesão de minorias sociais em busca por melhores condições de vida.

1. A quarta onda democrática

Os levantes populares vivenciados desde 2010 por países árabes do Norte da África e Oriente Médio podem ser interpretados como a chegada tardia do movimento democrático que, segundo Huntington (1991, p. 15), ocorre em forma de ondas, caracterizando-se como “um grupo de transições de um regime não-democrático para um democrático, que ocorre dentro de um período específico de tempo e que supera, significativamente, as transições na direção oposta durante o mesmo período de tempo” (tradução da autora).

Embora muitos autores tratem a Primavera Árabe como ‘revolta’ ou ‘rebelião’, o entendimento aqui é que ao envolver mobilizações massivas espontâneas independentes de organizações políticas formais, a Primavera Árabe é, em sua essência, um movimento de levante popular (CAMUS, 2005, p. 69).

Nesse sentido, é importante destacar que, embora a Primavera Árabe esteja enquadrada no que Huntington chama de ondas democráticas, o autor considerava bastante improvável que estarevolução chegasse a aqueles Estados. Dada a relação próxima entre governo e religião, a democracia nos países árabes estava fadada a se tornar palco do Islamismo. Entretanto, os últimos acontecimentos contrariaram o pensamento de Huntington, uma vez que as visões simplistas e maniqueístas em relação aos muçulmanos se tornaram insuficientes para explicar o levante popular no mundo árabe, em que milhares de pessoas, sobretudo de religião muçulmana, saíram às ruas em busca de “liberdade”. De acordo com Vasconcelos (2012, p. 49, tradução da autora),

[é] absurdo observar a redução da identidade muçulmana a um único elemento – a religião – isso é outro exemplo do que Hannah Arendt chama de "banalidade do mal". Os muçulmanos, especialmente os mais devotos, foram julgados como tendo uma natureza perigosa e, portanto, impróprios para viver em uma comunidade baseada em valores democráticos liberais. Integrar os muçulmanos às sociedades ocidentais é, conseqüentemente, considerado altamente problemático.

Segundo Huntington, as ondas democráticas tiveram início ainda no século XIX e se espalharam ao longo do século XX, não obstante com sobressaltos e reversões. A primeira onda ocorreu entre 1828 e 1926, baseada nas premissas das revoluções Francesa e Americana, e influenciou a emergência de instituições democráticas nacionais, tanto no século XIX quanto XX, principalmente nos países da Europa Ocidental. O pós-Primeira Guerra Mundial, no entanto, trouxe reversos para a disseminação da democracia. Já nas décadas de 1920 e 1930, diversos países experimentaram a volta aos regimes autoritários, tais como Itália e Alemanha (HUNTINGTON, 1991, p. 16).

A segunda onda de democratização ocorreu entre os anos de 1943 e 1962, influenciada pelo fim da Segunda Grande Guerra e o conseqüente processo de descolonização. Nesse período, destacam-se os continentes africano e asiático, os quais, embora tenham passado por uma rápida onda, constituíram um importante papel para consolidar a disseminação democrática.

Já em meados da década de 1960 e início de 1970, observa-se uma significativa retração democrática, em que diversos países, sobretudo na América Latina, veem-se diante da volta de regimes autoritários. Contudo, em 25 de Abril de 1974, início da Revolução Portuguesa dos Cravos, Huntington (1991, p. 18-20) argumenta que uma nova onda democrática emerge e, rapidamente, espalha-se por todo o mundo. A Revolução Portuguesa é, na verdade, o estopim para uma revolução mundial, que se dissemina primeiramente na Europa Ibérica e na Grécia, para, no final da década de 1970, atingir a América Latina e alguns países da África Subsaariana e Ásia. Com o fim da União Soviética, chega aos países da Europa central e oriental.

A terceira onda democrática foi assistida com expectativas internacionais de que ela alcançasse o mundo árabe, todavia, o que se viu foi a falta de apoio (e em certa medida, comprometimento) dos países ocidentais, sobretudo Estados Unidos (EUA) e França, com as urgências dos povos daquela região. Essa tendência dominou o mundo árabe até os ataques terroristas ao território norte-americano em 11 de setembro de 2001, quando um grupo de radicais árabes mostrou aos EUA o quão limitado é seu entendimento sobre esse povo, religião e cultura e quão frágil é sua segurança. Nesse momento, inicia-se o discurso norte-americano de “Porque eles nos odeiam tanto?” (OLIMAT, 2011, p. 21) e, portanto, sua nova política externa de “Guerra ao Terror”.

A prolongada Guerra ao Terror mostrou aos EUA que apenas os meios militares não são suficientes para a garantia de sua segurança, por conseguinte, foi necessária a implementação de outros elementos para conquistá-la, como a “súbita” premissa de promover mudanças e valores democráticos-liberais nos países árabes, tornando-se objetivo central da política externa norte-americana para o Oriente Médio.

Durante discurso à *National Endowment for Democracy*, por ocasião do 20º aniversário da entidade, em 06 de setembro de 2003, George W. Bush declarou: “Nosso compromisso com a democracia também é testado no Oriente Médio, que é o meu foco hoje, e deve ser o foco da política norte-americana para as próximas décadas.” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2003, p. 01, tradução da autora). E, no discurso sobre “O caminho a seguir no Afeganistão”, realizado em 22 de junho de 2011, Barack Obama declarou:

Nós protegemos a nossa própria liberdade e prosperidade, estendendo-o a outros. Nós não defendemos impérios, mas a auto-determinação. É por isso que comungamos das aspirações democráticas que varrem todo o mundo árabe. Vamos apoiar essas revoluções com fidelidade aos nossos ideais, com o poder de nosso exemplo, e com uma crença inabalável de que todos os seres humanos merecem viver com liberdade e dignidade. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011, p. 01, tradução da autora).

Na virada para o século XXI, o regime democrático já se tornara, pela primeira vez na história, a forma predominante de governo, passando de 27%, em 1974, para 64%, em 2006. A transição dos regimes na Sérvia (2000), Geórgia (2003) e Ucrânia (2004) adicionada à consolidação das democracias nos países Balcãs levaram à preeminência da democracia como forma de governar, dessa forma, caracterizando uma quarta onda de democratização (MAGEN, 2012, p. 11)

Nesse sentido, os levantes árabes representam o marco no processo de disseminação da democracia como sistema de governo. Entretanto, a “Marcha da Liberdade”, como o movimento ficou conhecido, não mais se depara com os constrangimentos do sistema ideológico bipolar, característica marcante das ondas anteriores. Como afirma Magen (2012, p. 11, tradução da autora),

[o] Facismo e o Comunismo estão mortos, assim como o pan-Arabismo no Oriente Médio. A ideologia Salafist-Jihadi, enquanto antiética para os valores liberais, não combina com a democracia capitalista como um modelo de organização para a ordem política.

A vitória ocidental na Guerra-Fria e os ataques terroristas aos Estados Unidos dificultam a continuidade dos regimes autoritários, que, agora, não mais são interessantes para as potências ocidentais, como foram outrora. Ao contrário, são entraves para a circulação do capital, segurança internacional e continuidade dos valores liberais.

Pode-se afirmar, no entanto, que o período de levantes no mundo árabe não será curto ou claramente circunscrito. Ao contrário, possivelmente haverá retrações e alargamentos no processo de definição do futuro político, configurando algumas possibilidades, dentre as quais se destacam: por um lado, o momento histórico para atuação de forças reformistas e de globalização no último recanto do mundo que parecia ser imune à democracia. Por outro, palco para a substituição de um regime autoritário por um novo, como já aconteceu nas décadas de 1950 e 1960. Todavia, vale ressaltar que o arranjo global no século XXI é outro, assim como são as aspirações populares. Portanto, vislumbrar o resultado da onda democrática no mundo árabe não é tarefa fácil e somente os desdobramentos dos levantes podem indicar quais frutos a primavera trará.

2. Um breve histórico sobre a Primavera

Nos últimos anos, o mundo árabe parece rebelar-se contra os enraizados regimes autoritários, uma ditadura após outra vem ruindo desde o início do processo em dezembro de 2010, relembrando a onda democrática que varreu a América Latina no final dos anos 1970 e, mais recentemente, atingiu os países da Europa Oriental. Nesse sentido, a Primavera Árabe é um levante de populações insatisfeitas com modelos governamentais que estão há décadas no poder e que pouco correspondem às necessidades econômicas, sociais e de direitos de seu povo.

O suicídio desesperado de um jovem trabalhador tunisiano, em dezembro de 2010, deu início a uma série de levantes ocorridos na Tunísia e que se espalhou pelo mundo árabe. Milhares de pessoas saíram às ruas como um grito de frustração e raiva pela situação dramática vivenciada pelo país. Protestos contra o desemprego, a corrupção e o fim da brutalidade policial se tornaram brados por direitos políticos e a destituição do presidente Ben Ali.

O governo de mais de duas décadas foi sustentado por moderado crescimento econômico e relativa estabilidade política, posicionando-se como um governo mantenedor da segurança e coesão social na região. Esta “paz” foi obtida por meio da repressão da oposição, ausência de liberdade de expressão e limitada garantia de direitos. Contudo, a crise nos mercados europeus, iniciada em 2008, trouxe à tona a fragilidade econômica da Tunísia, assim como a sua forçada coesão social. (VASCONCELOS, 2012, p.83)

Os protestos de dezembro de 2010 foram respondidos pelo governo com violência, em uma tentativa frustrada de pará-los. No entanto, o efeito foi fatal. A instabilidade social possibilitou crises na legitimidade do regime, agravada pela negativa dos militares em responder mais violentamente aos protestos de civis não-armados. Essa confluência de fatores levou ao fim da Era Ben Ali e sua fuga para a Arábia Saudita poucos meses após o início do movimento.

O sucesso tunisiano inspirou mais uma onda de levantes, agora no Egito, onde milhares de pessoas se reuniram na Praça Tahrir, em janeiro de 2011, buscando pressionar o Estado pelo fim do regime autoritário de trinta anos de Hosni Mubarak. Após 18 dias de protestos em massa, o ditador egípcio saiu do poder, levando multidões a comemorarem na mesma Praça Tahrir. Contudo, no dia seguinte, o poder não estava nas mãos do povo. As Forças Armadas do Egito suspenderam a constituição e o país passou a ser governado pela lei marcial até que novas eleições fossem instituídas. O Conselho Militar egípcio tomou o poder

sob o argumento de prover uma transferência para um regime civil de forma mais estável, resistindo às pressões norte-americanas e europeias.

A vitória alcançada pelos militares egípcios face às pressões ocidentais para uma mudança mais rápida e profunda demonstra que o futuro do país será decidido pelos próprios egípcios, tornando precipitadas quaisquer previsões acerca de seu destino político, uma vez que envolvem muitas questões, sobretudo, as expectativas da população quanto ao estabelecimento da democracia, à promoção dos direitos de liberdade e ao desenvolvimento socioeconômico.

O próximo destino da onda democrática foi a Líbia, onde os eventos se desdobraram de maneira bastante diferente dos outros países. Muammar Gaddafi, ex-ditador do país, levou cerca de oito meses (de fevereiro de 2011 a outubro de 2011) para deixar o poder, graças a uma coalizão de milícias tribais e auxílio direto do mundo Ocidental, por meio das forças aéreas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o fim do regime de Gaddafi.

A comunidade internacional, por meio da implantação da Resolução da ONU de 1973 sobre a “Responsabilidade de Proteger”, desempenhou papel fundamental na Líbia, embora o desfecho dos eventos tenha sido fundamentalmente quociente da luta dos setores de oposição. Então, a comunidade internacional, sobretudo os EUA, tentou assegurar que o cumprimento da resolução não fosse entendido como mais uma intervenção militar do Ocidente, mas sim a proteção das populações civis da região de Benghazi que estavam sob forte ameaça das forças aliadas de Gaddafi. Esta operação foi liderada por britânicos e franceses, com anuência dos norte-americanos.

Assim como a queda do antigo regime líbio ocorreu de forma diferenciada, os eventos para a transição democrática também o foram. A era Pós-Gaddafi é percebida como um processo de mudança política de um regime autoritário para um democrático relativamente estável, tendo em vista o padrão observado na região, tornando-se uma importante força para a democratização da regional.

O êxito da Primavera Árabe, como era de se esperar, imprimiu maior pressão sob a continuidade dos governos autoritários, o que levou a demonstrações anti-regime na Síria já em março de 2011, onde o partido de Bashar al-Assad mantém-se no poder desde a década de 1960. Os protestos sírios foram revidados com uma brutalidade sem precedentes, contrariando, inclusive, analistas que esperavam uma diminuição da escalada de violência na região, uma vez que Bashar al-Assad em seus primeiros anos de governo, após a morte de seu pai, demonstrou certa abertura política, mas foi forçado a retroceder dada às pressões da ala

mais conservadora de seu partido. De acordo com Vasconcelos (2012, p. 88, tradução da autora):

Foi difícil de ler Bashar al-Assad nos primeiros meses do levante. [...] Isso pode ter sido um sinal de divisões dentro do regime sobre a forma de lidar com a revolta popular. Deve ser lembrado que, quando al-Assad chegou ao poder em 2000, após a morte de seu pai, Hafez al-Assad, ele libertou centenas de presos políticos, mas foi posteriormente forçado pela velha guarda do partido a retroceder de sua intenção de perseguir uma agenda reformista.

A sequência de protestos na Síria continua mais de um ano depois de seu início, mesmo com as respostas violentas do governo de al-Bashar, que já matou mais de 3.500 mil civis (HUMAN RIGHTS WATCH, 2012). A truculenta repressão aos manifestantes e a rejeição das propostas para solução da crise, apresentadas pela Liga Árabe, indicam que o atual governo sírio não pretende ceder às pressões populares e internacionais por liberdade e democracia.

Os demais países árabes, tais como Iêmen, Barein, Iraque e Omã, já demonstraram temor em relação à continuidade da Primavera e a consequente chegada aos seus territórios. Dessa forma, já flexibilizaram sua posição política, como a declaração de fim de estado de emergência ou a não intenção de concorrer em próximas eleições. Portanto, é de se esperar que regimes autoritários mais estáveis, como no Marrocos, sejam questionados por meio do efeito disseminador da onda democrática.

A Primavera Árabe, como onda democrática, embora constitua um movimento ou uma série de eventos relacionados, é melhor percebida dentro do contexto individual de cada país e cada processo de transição como caso específico na implementação da democracia. Por outro lado, sua diversidade e seu poder de disseminação conseguiram aglutinar interesses de populações distintas, com anseios parecidos, tornando possível a emergência de uma identidade coletiva, a Primavera Árabe, que perpassa as fronteiras dos Estados, bem como o conceito de ser “árabe”.

Para olhos ocidentais, aqueles povos aparentam uma coesão, seja ao observar sua religião, etnia ou cultura. Entretanto, eles não se percebem como tal. Ao contrário, diversas tribos, etnias e subdivisões, muitas vezes rivais, coexistem no seio desses Estados, sendo errôneo classificá-los como uma grande unidade, em que o adjetivo árabe é o elemento que os define.

A Primavera Árabe, portanto, é antes de tudo um movimento de populações insatisfeitas e subjugadas por seus governantes, em que a emergência de uma identidade coletiva se tornou uma forma coletiva de pressionar os regimes e, consequentemente,

conquistar liberdade desta situação. Dessa forma, o avanço do movimento não se dá por uma questão de escolha ou simplesmente manobra política, mas sim por questões de interesse e ação coletiva, seja pela busca por segurança (em seu sentido mais amplo) ou pela necessidade de paz e estabilidade naquela região.

3. Primavera Árabe e a identidade coletiva: uma perspectiva construtivista

O Construtivismo de Wendt busca analisar o sistema internacional se fundamentando em três premissas básicas: (1) o estado é a principal unidade de análise dos fenômenos internacionais, (2) as principais estruturas no sistema internacional são de natureza intersubjetiva e não material e (3) as identidades e interesses são construídos principalmente pelas estruturas sociais, ao invés de serem externamente obtidas por meio da natureza humana ou política doméstica (WENDT, 1994, p. 385).

Nesse sentido, a construção social desempenha papel essencial no entendimento das relações internacionais, uma vez que a realidade é “socialmente construída”, sendo as estruturas definidas, em primeira instância, por ideias compartilhadas que, por sua vez, moldam as identidades e os interesses dos atores. Os interesses dependem das identidades e por isso não são mecanismos causais competitivos, mas sim elementos distintos (motivacional, cognitivo, estrutural etc.) e, portanto, desempenham funções diferentes ao explicar os fenômenos (WENDT, 1994, p.385).

Wendt enfatiza a centralidade estatal nas relações internacionais, pressuposto altamente criticado por alguns teóricos (ONUF, 2002; ZEHFUSS, 2001; RIVAULT, 1999) sob o argumento de sua limitação ao não aglutinar os diferentes atores que também são *players* no sistema internacional. Apesar disso, a percepção wendtiana, profundamente fundamentada na Sociologia (GIDDENS, 1991; MELUCCI, 1989) sobre a formação da identidade coletiva, fornece um arcabouço teórico consistente para análise de movimentos / fenômenos que não são delineados pelas fronteiras dos Estados, caso dos movimentos sociais transnacionais como a Primavera Árabe, o Movimento *Occupy*, o Movimento 15M e Indignados, uma vez que o compartilhamento de ideias e a identificação assumem posição de destaque em sua análise. Movimentos sociais transnacionais são entendidos como aqueles em que

a ação coletiva é motivada, ou baseada, numa identidade coletiva [...]. É igual à identidade mais estratégia/ação coletiva, porque condiciona o outro de forma recíproca [...]. A natureza *transnacional* do movimento está determinada por sua abrangência geográfico – política [...]. O nível de agência da ação que é não-governamental, e que é produzido no espaço para além do doméstico, ou seja, que envolve um espaço geográfico e político de

pelo menos mais de um Estado – nação (BERRÓN, 2007, p. 132-133, grifo no original).

Em *Norms, Identity, and Culture in National Security*, Wendt argumenta a emergência de identidades coletivas em âmbitos não estatais, ao afirmar que “a mudança nos modelos da identidade coletiva árabe – especificamente, uma competição em andamento entre o Pan-Arabismo e os modelos estatocêntricos – direcionam a procura por estruturas normativas para implementar tal identidade” (JEPPERSON, WENDT e KATZENSTEIN, 1996, p. 23, tradução da autora). O construtivista, dessa forma, ainda que não debruce esforços sobre o estudo das identidades coletivas de caráter transnacional, reconhece sua existência e importância como ator nas relações internacionais.

Segundo Wendt (1994, p. 389, tradução da autora), “as identidades coletivas variam de acordo com as questões, tempo, lugar e pela sua natureza, seja bilateral, regional ou global”. Ao considerar origens distintas para a formação de uma identidade, Wendt abre espaço para interpretações alargadas, aproximando-se do pensamento de Melucci (1996) em que, sendo a identidade fruto da construção social, ela é quociente de um movimento e, portanto, não circunscrita territorialmente. Nesse sentido, Melucci (1996, p. 70, tradução da autora) afirma o que segue:

A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos a respeito de orientações de sua ação e o campo de oportunidades e limitações no qual tal ação tem lugar. Por interativa e compartilhada quero dizer que estes elementos são construídos e negociados através de processos recorrentes de ativação da relação que une os atores.

Wendt argumenta que a identidade coletiva compreende a relação entre o Eu (*Self*) e o Outro (*Other*) para uma conclusão lógica, ou seja, identificação, um processo cognitivo em que a distinção Eu/ Outro se torna desfocada e, até certo limite, transcendente. O Eu é caracterizado como o Outro e a identificação é uma questão específica e raramente total, embora sempre envolva a extensão das fronteiras do Eu incluindo o Outro. Esse processo faz uso, mas vai além, da “identidade papel” e da “identidade tipo”. Ele constrói uma “identidade função” que também se fundamenta no mecanismo de incorporação do Outro dentro do Eu na forma do socialmente construído “Nós” (WENDT, 1999, p. 229).

Devido à posição central da identificação e do compartilhamento de interesses na construção de identidades coletivas, é possível compreender como um movimento composto de diversos grupos autônomos, de origens étnicas e estatais diferentes e com agendas

distintas, consegue gerar uma espécie de coalizão em torno de um objetivo comum (busca da “liberdade”) e, portanto, uma relativa coesão na ação coletiva.

Ademais, a Primavera Árabe apresenta características típicas dos movimentos do século XXI, tais como: (1) a transformação de levantes populares em uma coalizão de grupos aparentemente distintos, (2) a ausência de instância legítima e reconhecida como coordenadora das ações e (3) o uso da tecnologia e mídias sociais como forma de mobilização popular e busca de espaços livres para protestos, imprimindo um caráter democrático às iniciativas.

A identidade coletiva, por outro lado, também tem o seu caráter exógeno, ao passo que, primeiramente, a definição do significado do Eu também leva em consideração as perspectivas do Outro e, em segundo lugar, o reconhecimento dado pelo Outro reforça a própria identidade do Eu. Cria-se, então, uma identidade que transpõe a mera interdependência dos agentes e alcança o grau de identificação. A identificação, todavia, deve ser interpretada como um *continuum* que se estende entre extremos negativos e positivos e cujos conteúdos e resultados podem variar de acordo com a questão (WENDT, 1994, p. 386 - 387).

Nesse sentido, a comunidade internacional, ao reconhecer e, posteriormente, denominar “Primavera Árabe” como levante popular, revolução ou revolta, auxilia na formação da identidade do movimento, além de fortalecer a percepção do grupo como elemento coeso. Vale ressaltar, no entanto, que a relação Eu/ Outro que pode levar ao Nós não ocorre neste caso, à medida que o reconhecimento do movimento pela comunidade internacional não gera automaticamente solidariedade (identificação), mas norteia as interpretações dadas aos desdobramentos dos eventos.

A Primavera Árabe, como um movimento de mobilização de massas, é fortemente dependente da formação de identidades coletivas à medida que se fundamenta na compreensão coletiva de objetivos, meios e oportunidades, bem como na visão compartilhada do próprio movimento. Esta identidade está inserida na estrutura social e não precisa, necessariamente, de uma estrutura formal, uma vez que ela se dá sempre durante o processo de interação. As estruturas formais podem imprimir relativo equilíbrio à identidade, entretanto, ela emerge das relações entre os agentes.

A formação de identidades coletivas envolve processos ligados a dois elementos importantes: o primeiro diz respeito à identificação de uma questão geral que necessite de ação coletiva para sua resolução e, em segundo lugar, à conexão de identidades individuais à coletiva, de forma a dar significado coletivo às experiências e eventos, tornando familiar a

interpretação das ações. Inspira-se e se legitima, dessa forma, a ação coletiva (ADLER, 2012, p. 295). No caso da Primavera Árabe, o contexto de opressão e compartilhamento das mesmas mazelas sociais vivenciadas pelos povos daquela região foram os elementos fundamentais para a formação da identidade coletiva entre os diversos grupos existentes.

Assim, em oposição às identidades nacionais e estatocêntricas tradicionais que, geralmente, são estabelecidas a partir de categorias geopolíticas, econômicas ou culturais, o processo de formação de identidade, em movimentos como a Primavera Árabe, estabelece-se a partir de enquadramentos mais amplos e pouco definidos; o que se vê é o agrupamento dos indivíduos em torno da luta contra a “opressão”, “injustiça” ou a favor do “pobre”, “trabalhador”. A batalha, deste modo, é contra o “rico”, o “opressor”, desfocando a constituição objetiva do oponente (objeto alvo do descontentamento).

No contexto da Primavera Árabe, o inimigo é identificado, atualmente, como os governos nacionais, mas ao compreender que o inimigo é o rico/ opressor é de se esperar que, em um futuro próximo, o alvo seja outro. É importante observar, todavia, que a autora não pretende fazer previsões sobre o futuro do movimento; ao contrário, o objetivo é mostrar o caráter diferenciado que o constitui, logo, suas interpretações também merecem possibilidades diferenciadas.

Outro fator importante para a formação da identidade coletiva é a dimensão espacial, à medida que auxilia na sustentabilidade do movimento, uma vez que serve para manter a coesão social em seu sentido espacial e simbólico. Lugares coletivamente identificados como importantes para os indivíduos (Praça Tahrir, no Egito, por exemplo) tornam-se símbolos afetivos que constroem e auxiliam na manutenção de conexões sociais, além de imprimir uma nova condição de rebeldia política (ADLER, 2012; FORTUNA, 2012).

A construção da identidade coletiva busca organizar os diferentes grupos em torno da derrota do inimigo em comum. Na Primavera Árabe, o enquadramento dos diversos segmentos (classe trabalhadora, jovens, grupos de mulheres e direitos humanos, políticos etc.) forma uma identidade coletiva mais ampla, que tem prioridade em relação aos grupos de identidade autônoma. Constata-se este fenômeno ao observar as mega marchas ou protestos em massa, em que brados de “o povo quer derrubar o governo” aglutina os diversos participantes, alargando a concepção da identidade coletiva para abranger todos aqueles que vivenciam o desemprego, a extrema pobreza ou injustiça social.

Por outro lado, as ferramentas de comunicação, como as mídias sociais, também tiveram papel de destaque, uma vez que forneceram uma plataforma relativamente livre para

divulgação das ações e, principalmente, uma mídia com possibilidade de alcançar uma audiência global e em segundos.

A Primavera Árabe, dessa forma, demonstra como tecnologia e comunicação estão relacionadas a questões de identidade e participação política. As premissas que direcionam as interpretações sobre o movimento envolvem os elementos motivadores para a formação de coalizões de contingentes sociais divergentes, quando em situação de condições opressivas, com ênfase específica no papel da identidade coletiva na coesão desse tipo de movimento.

Dessa forma, a identidade coletiva assume inúmeros papéis importantes nos levantes populares árabes, sendo sua compreensão fundamental para o entendimento dos eventos ocorridos e seus desdobramentos. À medida que identidade coletiva fomenta os interesses compartilhados, auxilia na coesão dos grupos e, em última instância, equaciona as divergentes agendas dentro do movimento, ela também faz emergir a noção de “comunidade” como o elemento central na construção da sociedade ideal (e futura) e envolve a criação de relações igualitárias e descentralizadas, que vêm a se opor à atual situação e conseqüente conquista do objetivo.

Considerações finais

A Primavera Árabe tornou evidente a importância da formação de identidades coletivas na condução de movimentos sociais no século XXI. Ao conectar grupos manifestantes heterogêneos, a Primavera elevou o grau de mobilização na região, aumentando o alcance e os efeitos do movimento.

Criou-se, dessa forma, um movimento desligado de concepções políticas tradicionais. Os manifestantes não se declaram socialistas ou liberais, muçumanos ou cristãos, mas sim populações insatisfeitas com seus governos, ampliando sua base de apoio e repercussão internacional. Troca-se a elite que comanda e orienta por uma base social, sem rosto e sem líder, mas com diversos expoentes, como o tunisiano que tocou fogo ao seu próprio corpo ou o *blogger*, Khali Said, que foi torturado até a morte por policiais egípcios.

A configuração de sua identidade passa pela interseção de elementos comuns, esses ligados tanto a fatores subjetivos (como a cultura) ou à partilha de interesses políticos, e a estratégia de formação de identidade coletiva envolve o enquadramento de diversos grupos heterogêneos em uma luta comum. A utilização de símbolos, *slogans* e espaços públicos foi fundamental para a construção e o fortalecimento da identidade da Primavera Árabe, construindo os elementos basilares para a definição do que o movimento é e para onde ele seguirá.

Referências

ADLER, Marina (2012). Collective identity formation and collective action framing in a Mexican “movement of movements”. **Interface**, 4(1): 287-315.

BERRÓN, Gonzalo (2007). **Identidades e estratégias sociais na arena transnacional. O caso do movimento social contra o livre comércio das América**. Tese de doutorado em Ciência Política, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (orientador : Prof. Dr Lúcio Kowarick).

CAMUS, Albert (2005). **O Homem Revoltado**. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record.

FORTUNA, Carlos (2012). (Micro)territorialities: dissenting metaphor on the social. **Terra Plural**, 6(2): 199 – 214.

GIDDENS, Anthony (1991). **As Consequências da Modernidade**. 2.ed. São Paulo: UNESP.

HUMAN RIGHTS WATCH (2012). **World Report 2012: Syria**. Publicado em : [<http://www.hrw.org/world-report-2012/world-report-2012-syria>]. Disponibilidade: 22/08/2014.

HUNTINGTON, Samuel (1991). **The Third Wave**. Norman: University of Oklahoma Press.

JEPPERSON, Ronald L. ; WENDT, Alexander. ; KATZENSTEIN, Peter J. (1996). Norms, Identity, and Culture in National Security. *In* **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Publicado em : [<http://library.northsouth.edu/Upload/TheCultureofNationalSecurity.pdf>]. Disponibilidade : 22/08/2014.

MAGEN, Amichai (2012) On Political Order and the “Arab Spring”. **Israel Journal of Foreign Affairs**, VI(1): 9-21.

MELUCCI, Alberto (1989). **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press.

MELUCCI, Alberto (1996). **Challengin Codes: Colletive action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIMAT, Muhamad (2011). The Fourth Wave: Revolution and Democratization in the Arab Middle East. **Journal of International Women’s Studies**, 12(3): 1-6.

ONUF, Nicholas. (2002). The Strange Career of Constructivism in International Relations. *In* PUCHALA, Donald J. (ed). **Visions of International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press.

RIVAULT, Fabrice (1999) **Culturologie Politique Internationale: Une approche systémique et matérialiste de la culture et du système social global**. Montréal : McGill Dissertation, publiée par Culturology Press.

UNITED STATES OF AMERICA (2003). **President Bush Discusses Freedom in Iraq and Middle East**. Remarks by the President at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy, United States Chamber of Commerce, Washington, D.C. Publicado em: [www.whitehouse.gov/news/release/2003/11/2003/11/20031106-2]. Disponibilidade : 22/08/2014.

UNITED STATES OF AMERICA (2011). **President Obama Discusses Freedom in Middle East**. Remarks by the President on the Way Forward Afghanistan, Washington, D.C. Publicado em: [<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/06/22/remarks-president-way-forward-afghanistan>]. Disponibilidade : 22/08/2014.

VASCONCELOS, Álvaro (2012). **Listening to unfamiliar voices: the arab democratic wave**. Paris: EU Institute for Security Studies.

WENDT, Alexander (1994). Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, 88(2): 385-96.

WENDT, Alexander (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.

ZEHFUSS, Maja (2002). **Constructivism in international relations: the politics of reality**. New York: Cambridge University Press.